



Nº 24 – março/2016



Foto: Divulgação–DRCI/SNJ

Em fevereiro várias iniciativas foram concretizadas em prol do combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. Entre os dias 29/2 e 4/3 foi realizado Workshop sobre a avaliação nacional de riscos. Especialistas do Fundo Monetário Internacional (FMI) apresentaram os principais conceitos relacionados ao tema, bem como demonstraram a aplicação prática da metodologia de Avaliação Nacional de Riscos desenvolvida pelo FMI, deixando, inclusive, todas as ferramentas que utilizam, à disposição do País.

O workshop foi desenvolvido no âmbito da ação 9/2016, desde 2012, em virtude de recomendação do GAFI, a Enccla tem trabalhado no desenvolvimento de estrutura e metodologia para realizar Avaliação Nacional de Riscos (ANR) relacionados à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (ações 4/2012, 1/2013, 1/2014, 7/2015 e 9/2016). Participaram COAF, DRCI, PGFN, BCB, SUSEP, CVM, CGU, RFB, MPF, GNCOC, Casa Civil, CNMP, DPF, CEF, BB, entre outros.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) finalizou a consultoria técnica sobre administração e destinação de ativos de origem ilícita, resultado de parceria entre a Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), do Ministério da Justiça, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), finalizou suas atividades em 25/2, quando o relatório produzido foi apresentado a mais de 20 instituições brasileiras com interface na temática.

Em 29 de fevereiro, o Ministério da Justiça lançou o Concurso de Aplicativos para enfrentamento da corrupção. Esta é uma iniciativa conjunta com seus parceiros institucionais, em especial a Controladoria-

Geral da União e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, além dos demais órgãos componentes da Enccla. O concurso é voltado para desenvolvedores, programadores, projetistas, designers, pesquisadores, enfim, pessoas com afinidade em tecnologia da informação, e que queiram contribuir com seu conhecimento no combate à corrupção, participando, desta forma, da execução de políticas públicas realizadas por meio de convênios e transferências, facilitando o entendimento acerca de dados a elas relacionados e a fiscalização dessa execução de modo colaborativo entre Estado e sociedade.

Por fim, queremos agradecer a todos os participantes que contribuem com a elaboração do *Boletim Enccla* que completa dois anos nesta edição. Queremos lembrar que este informativo é colaborativo e todos os participantes da Enccla podem enviar suas notícias e destaques do mês.

Secretaria Executiva

CURTAS

Enccla – Agenda de Reuniões

- **30/03/2016** – Segunda reunião da **Ação 7**. Coordenadores: DPF e MPF. Colaboradores: ADPF, Ajufe, AMB, ANPR, CNPG, CNMP, MPRJ, MTPS, PC/SC e PC/SP. Local: DRCI/SNJ, às 9h30.
- **31/03/2016** – Primeira reunião da **Ação 6**. Coordenador: AGU. Colaboradores: AJUFE, AMB, ANAPE, ANPR, CONJUR/MJ, CNMP, CNPG, CVM, MPF, PGFN e PGM/SP. Local: DRCI/SNJ, às 9h30.
- **31/03/2016** – Segunda reunião da **Ação 1**. Coordenador: CGU. Colaboradores: AMB, Ajufe, Atricon, CNJ, CNMP, CNPG, Casa Civil/RS, Conaci, Focco-SP, MPF, MPRJ, MPT, SEGES/MP e TCU. Local: DRCI/SNJ, às 14h30.
- **05/04/2016** – Segunda reunião da **Ação 11**. Coordenador: RFB. Colaboradores: ADPF, AGU, Ajufe, AMB, Ampcon, Anape, ANPR, Atricon, BCB, BB, CADE, CEF, CGU, CNMP, CNPG, Coaf, CVM, DPF, Febraban, Focco - SP, MDIC, MPMA, MPRJ, MPRS, MPF, MPT, MTPS, PC/SC, PC/SP, PGFN, TCU e TSE. Local: DRCI/SNJ, às 9h30.
- **05/04/2016** – Terceira reunião da **Ação 5**. Coordenador: CGU. Colaboradores: AJUFE, AMPCON, ATRICON, BB, CADE, Casa Civil/RS, CEF, CGA/SP, CNMP, CONACI, CONJUR/MJ, FEBRABAN, MDIC, MPF, MP/SP, MTPS e SLTI/MP. Local: DRCI/SNJ, às 14 horas.
- **06/04/2016** – Segunda reunião da **Ação 2**. Coordenador: SLTI/MP. Colaboradores: AJUFE, CADE, CONACI, CGA/SP, CGE/MG, CGM/SP, CGU, CNMP, MD, MPF e MTPS. Local: DRCI/SNJ, às 9h30.
- **13/04/2016** – Terceira reunião da **Ação 7**. Coordenadores: DPF / MPF. Colaboradores: ADPF, AJUFE, AMB, ANPR, CNPG, CNMP, MP/RJ, MTPS, PC/SC e PC/SP. Local: DRCI/SNJ, às 9 horas.

- **14/04/2016** – Segunda reunião da **Ação 4**. Coordenador: AJUFE. Colaboradores: Abin, ADPF, AGU, AMB, ANPR, CADE, CGU, CJF, CNMP, CVM, DPF, MPF, MPSP, MRE, RFB e TCU. Local: DRCI/SNJ, às 9h30.
- **19/04/2016** – Segunda reunião da **Ação 13**. Coordenador: BACEN. Colaboradores: ADPF, Ajufe, Anape, BB, CEF, CGU, CNMP, Coaf, DPF, Febraban, Gncoc, MPF, RFB. Local: DRCI/SNJ, às 9h30.
- **27/04/2016** – Segunda reunião da **Ação 3**. Coordenador: CGU. Colaboradores: Ajufe, Anape, Atricon, CGE/MG, CNMP, CNPG, Conaci, CGA/SP, Gncoc, INSS, MD, MPC/RS, MPF, MPT, MPRJ e MPSP. Local: DRCI/SNJ, às 9h30.

Conheça as Ações Enccla 2016

- **Hackathon Participação no Combate à Corrupção** - Poderão participar equipes formadas por até 5 pessoas, devendo compor a equipe ao menos uma participante do gênero feminino. As inscrições serão feitas diretamente no site <http://justica.gov.br/labpi> até o dia 14 de abril de 2016. Devem ser apresentados um vídeo de até 2 minutos explicando o projeto e um protótipo funcional da solução de software para dispositivo móvel que atenda aos desafios propostos no [edital](#).
- *Este espaço é aberto à divulgação de eventos, agendas e demais temáticas que sejam relevantes para os órgãos integrantes da Enccla. Contato: comunica.enccla@mj.gov.br*

MATÉRIAS

AGU – Advocacia-Geral da União

AGU confirma no STF possibilidade de a Receita acessar dados de operações financeiras



24/02/2016 - A Advocacia-Geral da União (AGU) comprovou, no Supremo Tribunal Federal (STF), a

validade de lei que permite à Receita Federal acessar dados de operações financeiras de contribuintes sem autorização judicial. Por ampla maioria, os ministros da corte reconheceram que o dispositivo não viola direitos fundamentais ou a privacidade dos indivíduos, já que apenas transfere a tutela do sigilo para o órgão público, que não tem qualquer autorização para divulgá-los.

Prevista no Decreto 3.724/2001 e na Lei Complementar nº 105/2001, a possibilidade de o fisco acessar os dados foi questionada em quatro ações diretas de inconstitucionalidade e um recurso extraordinário. Contudo, a Secretaria-Geral de Contencioso, órgão da AGU, observou que o artigo 145 da Constituição traz expressa autorização para a administração tributária acessar dados de operações financeiras.

Segundo a AGU, a prerrogativa de monitorar patrimônio, rendimentos e demais atividades econômicas dos contribuintes tem como objetivo dar máxima efetividade a postulados constitucionais como o caráter pessoal dos impostos e a cobrança de tributos de acordo com a capacidade contributiva de cada um.

Os advogados públicos lembraram, ainda, que a própria Lei Complementar nº 105/2001 impôs ao Poder Executivo o dever de disciplinar o acesso às informações financeiras, de modo a conciliar a proteção aos direitos fundamentais do cidadão e a efetiva administração tributária.

Ref.: RE nº 601314 e ADIs nº 2390, 2386, 2397 e 2859 - STF

Rphael Bruno

Foto: receita.fazenda.gov.br

[AJUFE – Associação dos Juizes Federais do Brasil](#)

Reunião da Enccla na seda Ajufe debate programas de whistleblower (denunciante) no Brasil

04/03/2016-Representantes de diversos órgãos que compõem a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) reuniram-se, nesta quinta-feira (3), na sede da Ajufe, para a 1ª Reunião da Ação 4, que visa "identificar as melhores práticas e estudar a possibilidade de formatação de programas de whistleblower no Brasil nos diversos setores público e privado".

A ação é coordenada pela Ajufe e conta com a colaboração da ABIN, da AMB, da ANPR, da ADPF, da AGU, do CADE, da CGU, do CNMP, da CVM, do DPF, do MPF, do MP/SP, do MRE, da RFB e do TCU.

De acordo com o coordenador do grupo, desembargador federal Márcio Rocha, o objetivo da proposta é conferir proteção ao cidadão que venha a denunciar ilícitos cometidos contra as organizações públicas, sem perigo de retaliações, além de auxiliar o desempenho do Estado na apuração dos fatos.

"Essa meta, especificamente, trata de aprimorar a participação do cidadão no desempenho das instituições públicas, de modo a oferecer proteção ao cidadão que tenha conhecimento de fatos relevantes que sejam cometidos nas suas organizações, no seu ambiente de trabalho ou por empresas, e que possam ter interesse de apuração pelo Estado", afirmou o magistrado.

De acordo com Márcio Rocha, o programa poderá prever recompensas ao cidadão que denunciar atividades ilícitas, desde que não esteja envolvido nas infrações. "Esse instituto jurídico já existe nos Estados Unidos desde a década de 70 e atualmente também faz parte das recomendações do Conselho

Europeu".

O grupo que participa da Ação 4 está compilando iniciativas que já existem no Congresso Nacional para verificar os pontos que merecem aperfeiçoamento. "Vamos reunir essas ideias e formatar de maneira que atenda às diversas instituições e, eventualmente, apresentar um anteprojeto de lei que incorpore o conjunto de demandas de todos esses órgãos que participam da Enccla".

[AJUFE – Associação dos Juizes Federais do Brasil](#)

Ajufe participa de ações do Dia Nacional de Combate ao Contrabando

04/03/2016 - O presidente da Ajufe, Antônio César Bochenek, participou nesta quinta-feira (3) da mesa de debate organizada pelo Movimento Nacional em Defesa do Mercado Legal Brasileiro, com a participação do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco) e o Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP), além de 70 entidades empresariais e organizações da sociedade civil.

O encontro faz parte das ações do Dia Nacional de Combate ao Contrabando e teve o objetivo de discutir e propor medidas contra o contrabando e suas graves consequências para a sociedade e as empresas.

Dados divulgados pelo Movimento em Defesa do Mercado Legal Brasileiro mostram que as perdas com o contrabando em 2015 atingiram R\$ 115 bilhões, o que representa crescimento de 15% em relação ao ano anterior. Entre as principais razões apontadas estão o aumento sucessivo de impostos e a fragilidade das fronteiras.

[CGU – Controladoria-Geral da União](#)

Controladoria-Geral da União sedia 18ª Reunião do Conaci

18/03/2016 - Nos dias 17 e 18 de março, a Controladoria-Geral da União (CGU) sediou a 18ª Reunião Técnica do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), em Brasília. O evento discutiu temas como Lei Anticorrupção, marco regulatório do 3º setor, auditoria participativa, sistemas informatizados, fomento ao controle social, entre outros.

Na abertura, o secretário-executivo da CGU, Carlos Higino, destacou as mudanças que têm ocorrido no país nos últimos meses a partir da Lei Anticorrupção. "É possível perceber alterações no ambiente privado das empresas, nas relações com o setor privado. Há uma grande preocupação com a integridade, isso é inegável", afirmou.

Higino também ressaltou outras melhorias em diversas frentes de trabalho da CGU nesse período. Segundo o secretário, houve fortalecimento nas políticas de transparência, a criação do Programa de Fortalecimento das Ouvidorias, a reformulação do Pró-Ética, entre outras iniciativas. "O controle precisa trabalhar para a eficiência do Estado", frisou.

A reunião foi comandada pelo presidente do Conaci, Roberto Amoras, e contou com a participação do secretário federal de Controle Interno, Francisco Bessa. Na ocasião, Amoras disse estar satisfeito por "discutir temas tão relevantes em um evento que promova grande aprendizado". O encontro reuniu cerca

de 45 pessoas, entre representantes de 23 órgãos de controle interno de estados e municípios do Brasil, além de autoridades.

Conaci

Criado em 2007, o Conaci tem por objetivo promover a integração entre todos os órgãos responsáveis pelo controle dos gastos públicos no Brasil. A atuação do conselho ocorre por intercâmbio de conhecimentos; práticas e informações em debates e eventos; e coordenação e do desenvolvimento de programas voltados à construção de mecanismos de controle.

[CGU – Controladoria-Geral da União](#)

CGU fiscalizará recursos federais transferidos a todos os estados e ao DF

09/03/2016-A Controladoria-Geral da União (CGU) promoveu, nesta quarta-feira (9), o lançamento do 2º Ciclo do Programa de Fiscalização em Entes Federativos, em Brasília. Nesta edição, a iniciativa tem o objetivo de verificar a regularidade da aplicação dos recursos públicos federais descentralizados a todos os governos estaduais e ao Distrito Federal. Os trabalhos serão realizados durante o primeiro semestre de 2016 e possibilitarão análise de até R\$ 16,4 bilhões repassados pela União.

No 1º Ciclo foi utilizada a matriz de vulnerabilidade para selecionar os municípios. Já na segunda edição, a fiscalização ocorrerá em todos os 26 estados e no Distrito Federal. A definição do escopo foi feita a partir de critérios de relevância, criticidade e de materialidade. A fiscalização tem início já neste dia 9 e a expectativa é de que os trabalhos estejam concluídos até o final de julho, inclusive com a publicação dos relatórios no site da CGU.

“Só há sentido em fiscalizar o recurso federal para oferecer aos ministérios informações que possam ser úteis, adequadas e consistentes e que possam resultar em algum tipo de aprimoramento. Essa é a finalidade do nosso trabalho”, afirmou no evento o Secretário Federal de Controle Interno da CGU, Francisco Eduardo de Holanda Bessa.

Escopo

Três ações de governo serão fiscalizadas obrigatoriamente em todos os estados e no DF: incentivo financeiro para vigilância em saúde, com foco no combate ao mosquito *Aedes aegypti*; e os programas nacionais de Alimentação Escolar (Pnae) e de Transporte Escolar (Pnate). Os dois últimos fazem parte de estratégia do grupo de trabalho criado, em janeiro deste ano, pelo Ministério da Educação, CGU, Ministério da Justiça e Polícia Federal, para combater desvios de recursos na educação.

Também serão avaliadas outras ações de governo, que podem variar de ente para ente, de acordo com a descentralização de recursos da União. No geral, as áreas auditadas serão: saúde; educação; cidades; integração; trabalho; agricultura; segurança; cultura, esporte e turismo; e desenvolvimento social.

Encaminhamentos

Além de publicados no site da CGU, os resultados dos trabalhos serão encaminhados aos ministérios transferidores dos recursos para a adoção de providências cabíveis. Os relatórios também serão endereçados aos Ministérios Públicos (Federal e Estadual), ao Tribunal de Contas da União (TCU) e aos Tribunais de Contas Estaduais (TCE) para a adoção de medidas corretivas conforme a competência de cada uma dessas instâncias.

As equipes das Unidades da CGU nos estados também entregarão pessoalmente os resultados da fiscalização à sociedade, podendo contar com a participação dos gestores locais, observatórios sociais, instâncias de controle, entre outros atores.

“A nossa expectativa é que esse trabalho possa oferecer ao cidadão brasileiro dos diversos Estados, a possibilidade de aprimoramento das políticas públicas que lhes foram destinadas pelos diversos ministérios e órgãos federais e que estão sendo executados pelos governos estaduais”, informou Bessa.

No segundo semestre deste ano, já está previsto um novo ciclo de fiscalizações, que deve utilizar o Sistema de Sorteio Eletrônico para definir 60 municípios que serão visitados pelas equipes de auditores da Controladoria.

[CGU – Controladoria-Geral da União](#)

Pró-Ética 2016: Empresas têm até 13 de maio para solicitar adesão

Iniciativa reconhece entidades comprometidas com a integridade, a transparência e o combate à corrupção no ambiente corporativo

01/03/2016 - A partir desta terça-feira (1º), estão abertas as inscrições para o [Pró-Ética 2016](#), iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Instituto Ethos que reconhece empresas comprometidas com a integridade, a transparência, a prevenção e o combate à corrupção no ambiente corporativo. Na última edição, foram premiadas 19 entidades dos mais diversos ramos, como energia, finanças, tecnologia, entre outros.

Qualquer corporação, independente de porte e linha de atuação, pode se inscrever para integrar o Pró-Ética. A adesão é voluntária. A solicitação deve ser feita no [site da Controladoria](#) até 13 de maio. Os pedidos serão avaliados por um comitê gestor, presidido, alternadamente, pela CGU e pelo Instituto Ethos, e composto por mais oito instituições dos setores público e privado reconhecidas no meio empresarial.

Todas as empresas avaliadas receberão um relatório com análise detalhada das medidas de integridade. Assim, mesmo a organização ainda não apta a figurar na lista anual do Pró-Ética poderá aproveitar a iniciativa para aprimorar o programa de integridade. Detalhes sobre a avaliação e o funcionamento do cadastro podem ser consultados no [Regulamento](#).

As entidades premiadas no Pró-Ética 2015 foram: 3M do Brasil; ABB; AES Eletropaulo; AES Sul; AES Tietê; AES Uruguaiana; Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); Centrais Elétricas de Santa

Catarina (CELESC); DUDALINA; Duratex; EDP Energias do Brasil; ELEKTRO Eletricidade e Serviços; Ernst & Young; GranBio; ICTS; OSRAM do Brasil Lâmpadas Elétricas; Santander Brasil; SIEMENS; SNC-Lavalin Meio Ambiente.

Como é feita a avaliação

Primeiramente, a empresa preenche formulário eletrônico, com demonstração de interesse, no site da CGU. Em seguida, é enviada senha de acesso ao sistema, onde estão disponibilizados a análise de perfil e o questionário de avaliação para preenchimento.

As respostas à análise de perfil são declaratórias, sem necessidade de comprovação documental, e dispõem sobre área de atuação, estrutura, relação com a Administração Pública. Já o questionário, feito com perguntas abertas, aborda seis áreas: comprometimento da alta direção e compromisso com a ética; políticas e procedimentos; comunicação e treinamento; canais de denúncia e remediação; análise de risco e monitoramento e transparência e responsabilidade no financiamento político e social.

Para cada questão, há uma pontuação. A empresa deve enviar documentos comprobatórios para cada resposta, que será avaliada pelo comitê gestor. A corporação que alcançar pontuação igual ou superior a 70 pontos e, cumulativamente, atingir o mínimo de 40% em todas as áreas do questionário estará habilitada a compor a lista Pró-Ética daquele ano. Após aprovação, a empresa assina termo de compromisso com a ética e a integridade e passa a ser uma empresa Pró-Ética.

[CNJ – Conselho Nacional de Justiça](#)

Comissão apresentará proposta para disciplinar gestão de bens apreendidos



04/03/2016 - O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) finaliza a elaboração de minuta de Resolução para disciplinar a gestão da guarda e da administração de bens, valores e direitos objetos de sequestro, apreensão e confisco por ordem judicial.

A Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do Conselho Nacional de Justiça

(CNJ) está finalizando a elaboração de uma minuta de Resolução para disciplinar a gestão da guarda e da administração de bens, valores e direitos objetos de sequestro, apreensão e confisco por ordem judicial. A ideia, segundo o conselheiro Fernando Mattos, relator da proposta, é detalhar o que deve ser feito com cada tipo de bem, incentivar a alienação antecipada e criar mecanismos de gestão que evitem a deterioração ou perda de valor dos bens em poder da Justiça.

Na última segunda-feira (29/2), em reunião da comissão, a procuradora da república Raquel Silvestre sugeriu que fosse incluída na proposta a criação de um cadastro de administradores e leiloeiros, incluindo o perfil dos profissionais. A intenção é que estes profissionais possam ser acionados rapidamente para a gestão de ativos complexos, como fazendas, empresas e outros, evitando a deterioração do bem ou a interrupção de suas atividades normais.

A comissão, presidida pelo conselheiro José Norberto Campelo, deverá receber formalmente as contribuições do Ministério Público Federal nos próximos 30 dias. Também será feita consulta ao Conselho da Justiça Federal (CJF) e à Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) para que apresentem sugestões à minuta. Após a aprovação do texto pela Comissão, a proposta será submetida à deliberação do plenário do Conselho.

A reunião, realizada na sede do CNJ, também contou com a participação dos conselheiros Carlos Eduardo Dias, Bruno Ronchetti, Luiz Cláudio Allemand, Arnaldo Hossepian, Fernando Mattos e Daldice Santana, além da juíza auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Márcia Milanez.

Cartões de crédito - Outro ponto discutido na reunião foi o uso de cartões de crédito para pagamento de valores reconhecidos em processos judiciais. A iniciativa já existe em poucos estados, mas a comissão pretende incentivar a sua difusão, além de propor a autorização e regulamentação do assunto.

Durante o encontro foi aprovada ainda proposta do conselheiro Fernando Mattos para alterar a Resolução 176, que institui o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário. A ideia é modificar os artigos 2º e 3º da resolução, que dizem respeito aos membros do Comitê Gestor.

A pedido das Comissões de Acessibilidade dos Tribunais Regionais do Trabalho da 2ª e da 9ª Região, a Comissão de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ deverá propor ao plenário a transformação da Recomendação 27/2009 em Resolução, que é de cumprimento obrigatório pelos tribunais. A norma recomenda às cortes medidas para garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência. Na reunião do dia 14 de março, o conselheiro José Norberto Campelo deverá apresentar uma

minuta da proposta à comissão.

Tatiane Freire
Agência CNJ de Notícias

[MJ – Ministério da Justiça](#)

Sancionada lei que tipifica o terrorismo no país

18/3/2016 - Foi sancionada nesta quinta-feira (17), a Lei 13.260, de 16 de março de 2016, que regulamenta o disposto na Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista.

Segundo disposto na lei, o terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública. As penas variam de 12 a 30 anos de reclusão.

[Acesse aqui o texto na íntegra.](#)

Informações: DRCI/SNJ/MJ

[MJ – Ministério da Justiça](#)

MJ promove hackathon sobre combate à corrupção

O concurso é voltado para desenvolvedores, programadores, projetistas, designers, pesquisadores, enfim, pessoas com afinidade em tecnologia da informação

Brasília, 29/2/16 - O Ministério da Justiça lançou, nesta segunda-feira, dia 29 de fevereiro de 2016, o Concurso de Aplicativos para enfrentamento da corrupção. Esta é uma iniciativa conjunta com seus parceiros institucionais, em especial a Controladoria-Geral da União e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, além dos demais órgãos componentes da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA).

[Clique e veja o edital](#)

Esta iniciativa, ainda, alinha-se à Ação 2/2016 da ENCCLA, a ser executada no correr desse ano, cujo

objetivo é fomentar a participação social através de instrumentos de transparência ativa para monitoramento das formas de transferência de recursos federais.

O secretário Nacional de Justiça, Beto Vasconcelos, ressalta a importância do concurso para o exercício da cidadania. "Esse desafio que estamos lançando tem por intuito ampliar e aprimorar a política de transparência e acesso à informação pública do governo federal, garantindo maior compreensão dos dados de transferência de recursos públicos federais para estados e municípios, e também maior participação de brasileiros e brasileiras no controle e fiscalização do correto uso de dinheiro público. O concurso inova ao aproximar o cidadão do processo de desenvolvimento de ferramentas modernas para utilização da própria sociedade brasileira e do poder público", explica Vasconcelos.

Também está envolvido no projeto o Laboratório de Participação e Inovação (LabPI) do Ministério da Justiça, que é uma iniciativa que busca promover ferramentas e métodos inovadores para gestão pública e prestação de serviços públicos. Inspirado pelo uso de metodologias ágeis e pela colaboração com a sociedade, o LabPI aposta no potencial da construção coletiva de soluções para o enfrentamento dos desafios impostos ao Estado brasileiro.

O concurso é voltado para desenvolvedores, programadores, projetistas, designers, pesquisadores, enfim, pessoas com afinidade em tecnologia da informação, e que queiram contribuir com seu conhecimento no combate à corrupção, participando, desta forma, da execução de políticas públicas realizadas por meio de convênios e transferências, facilitando o entendimento acerca de dados a elas relacionados e a fiscalização dessa execução de modo colaborativo entre Estado e sociedade.

Exigências do edital

Poderão participar equipes formadas por até 5 pessoas, devendo compor a equipe ao menos uma participante do gênero feminino.

As inscrições serão feitas diretamente no site <http://justica.gov.br/labpi> até o dia 14 de abril de 2016. Devem ser apresentados um vídeo de até 2 minutos explicando o projeto e um protótipo funcional da solução de software para dispositivo móvel que atenda aos desafios propostos no edital:

- a) Tradução dos dados de convênios e transferências para uma linguagem acessível ao cidadão;
- b) Possibilidade de seleção, por parte do cidadão, das informações que impactem seu cotidiano;
- c) Aumento da participação popular no acompanhamento e fiscalização da execução física das políticas públicas implementadas por meio de convênios e transferências;
- d) Utilização, por parte governo, da informação coletiva a ser gerada pela solução.
- e) Maior permeabilidade da gestão pública ao desenvolvimento livre e colaborativo, tornando-a mais

transparente e acessível.

Durante todo o período das inscrições será aberto canal de comunicação com os participantes e haverá programação de conversas com os organizadores para o esclarecimento de dúvidas e o aprofundamento das ideias em torno do tema do concurso.

Está prevista a premiação de R\$ 10.000,00 para as três melhores propostas. Além disso, as equipes vencedoras terão ainda a oportunidade de aprimorar seu projeto na sede do Ministério da Justiça em Brasília, onde contarão com a presença de gestores públicos ligado à gestão, fiscalização e controle de convênios e transferências. O primeiro colocado receberá o prêmio adicional de R\$30.000,00 para desenvolver a solução apresentada.

Ministério da Justiça
[facebook.com/JusticaGovBr](https://www.facebook.com/JusticaGovBr)
[flickr.com/JusticaGovBr](https://www.flickr.com/photos/JusticaGovBr/)
www.justica.gov.br
imprensa@mj.gov.br
(61) 2025-3135/3315/3928

MJ – Ministério da Justiça

OEA entrega ao Brasil relatório de consultoria sobre gestão de bens apreendidos

Brasília, 26/2/15 - A consultoria técnica sobre administração e destinação de ativos de origem ilícita, resultado de parceria entre a Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), do Ministério da Justiça, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), finalizou suas atividades nesta quinta-feira, 25, quando o relatório produzido foi apresentado a mais de 20 instituições brasileiras com interface na temática.

O projeto *Bienes Incautados y Decomisados en America Latina* – Bidal (Bens confiscados e apreendidos na América Latina) é desenvolvido pela OEA, que oferece assistência técnica aos países interessados, por meio do estabelecimento de normas de boa gestão e transparência na administração de bens de origem ilícita. O objetivo é dimensionar a situação atual e propor melhorias para maior eficiência da gestão de bens apreendidos e confiscados, a fim de que possa reverter em resultados positivos ao país.

“A consultoria apontou onde o Brasil precisa investir para melhorar a gestão dos bens ilícitos que são apreendidos em investigações e processos judiciais, além de sugerir mudanças para promover maior eficiência na gestão dos bens apreendidos”, explica o diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI/SNJ), Ricardo Saadi.

"Sabe-se que para dismantelar as organizações criminosas é necessária sua asfixia financeira. Aprimorar o sistema de gestão de bens apreendidos é garantir maior eficiência e eficácia no combate a organizações criminosas e maior retorno de bens e serviços à sociedade Brasileira", garante o secretário Nacional de de Justiça, Beto Vasconcelos.

Quando se fala em gestão de bens apreendidos há uma infinidade de possibilidades: desde automóveis e imóveis, bens mais comuns, até aeronaves, embarcações, empresas produtivas e com funcionários, fazendas, animais, dinheiro em espécie, joias, dentre outros. "A administração desses bens gera um custo para o Estado. O Projeto Bidal propõe, a partir da experiência internacional adquirida com a implantação em outros países, que este sistema torne-se autossustentável", ressalta Dennis Cheng, diretor do Projeto na OEA.

Atualmente, o sistema de apreensão de bens no Brasil é descentralizado. Um bem apreendido advindo da prática de um crime pode ficar anos em um depósito aguardando a finalização da ação judicial e perder totalmente seu valor de mercado, como é o caso de automóveis e aeronaves. Quando a apreensão necessita de um gerenciamento, no caso de um imóvel por exemplo, os juízes costumam designar um depositário fiel, que deve se responsabilizar pelo bem e administrá-lo. Em casos mais complexos, quando os custos da administração são muito altos, como no caso de carros de luxo, fazendas e empresas, muitas vezes os juízes acabam por designar o próprio réu como responsável pelo bem.

Há também experiências exitosas no país, especialmente, quando o crime é o tráfico de drogas, cuja legislação já permitia a alienação antecipada dos bens. O Fundo Nacional Antidrogas (Funad), vinculado ao Ministério da Justiça, já há alguns anos realiza leilões cujos valores arrecadados são revertidos para programas e atividades de repressão e prevenção ao crime, além de recuperação e reinserção social de dependentes de substâncias psicoativas.

Etapas

O projeto foi desenvolvido no âmbito da cooperação técnica internacional de fortalecimento da SNJ em cooperação jurídica internacional, extradição e combate à lavagem de dinheiro. É também parte da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla).

O projeto já foi desenvolvido em outros países como México, Honduras, Argentina, Uruguai, Chile, El Salvador e Peru. No Brasil, a consultoria foi iniciada em agosto de 2014 e foi desenvolvido em 18 meses. Na primeira fase, foi elaborado um diagnóstico situacional do país em relação à administração e destinação de bens apreendidos com análise da legislação nacional e a aplicação de questionários. Em seguida, foi criado Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI), composto por profissionais de 20 instituições que atuam cotidianamente com a temática, de forma a incrementar a troca de experiências e boas

práticas, bem como formular as propostas de aprimoramento do sistema.

Em maio de 2015, foi realizado o Seminário Nacional onde os membros do GTI tiveram acesso ao diagnóstico formulado conforme metodologia da OEA e apresentações de palestrantes internacionais expondo sua experiência com a implantação do Bidal. Em outubro do mesmo ano, foi realizado um seminário Regional para a troca de experiências entre agentes públicos do Brasil, Paraguai, Costa Rica, México, Honduras e Peru.

A finalização dos trabalhos ocorreu em 24 e 25 de fevereiro de 2016, quando a equipe da OEA apresentou o relatório final da consultoria aos membros do GTI e às autoridades brasileiras.

Acesse [aqui documentos e mais informações sobre o Projeto Bidal Brasil](#).

Ministério da Justiça

[facebook.com/JusticaGovBr](https://www.facebook.com/JusticaGovBr)

[flickr.com/JusticaGovbr](https://www.flickr.com/photos/JusticaGovbr/)

www.justica.gov.br

imprensa@mj.gov.br

(61) 2025-3135/3315/3928

MPPR – Ministério Público do Paraná

Curso discute combate à corrupção e à lavagem de dinheiro



15/03/2016 - O “Curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro”, voltado a membros e assessores do MP-PR e realizado apenas na modalidade presencial, começa nesta quarta-feira (16), às 9 horas. A capacitação acontecerá no auditório da sede do Ministério Público do Paraná (Rua Marechal Hermes, 751, Centro Cívico), em Curitiba, até a sexta-feira desta semana (18), sempre das 9 horas às 17h30.

“O encontro confirma a política institucional de promover cursos de natureza prática, visando melhorar a eficiência da atuação do Ministério público no combate à corrupção e à improbidade administrativa”, afirma o coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao

Patrimônio Público e à Ordem Tributária, procurador de Justiça Moacir Gonçalves Nogueira Neto.

Dentre os temas previstos na programação, destacam-se questões relacionadas ao Sistema Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro, às cooperações jurídicas internacionais, às técnicas de investigação financeira e ao combate à corrupção em licitações e contratos públicos. “Nosso objetivo é contribuir para a transposição dos obstáculos e desafios enfrentados pelos membros da Instituição para lidar com a lavagem de dinheiro, bem como promover a recuperação de ativos de origem ilícita, mediante a utilização de mecanismos modernos e sistemas que vêm sendo utilizados em todo o país”, comenta a promotora de Justiça Maria Cecília Delisi Rosa Pereira, que integra o Centro de Apoio.

A capacitação é promovida pelo MP-PR, por meio do Caop de Proteção ao Patrimônio Público e à Ordem Tributária e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), e o Ministério da Justiça, através do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça.

A realização do curso insere-se na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), que busca criar um plano integrado de capacitação e treinamento de agentes públicos e de orientação à sociedade, otimizando a utilização de recursos públicos e disseminando uma cultura de prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro no país.

Foto: Divulgação MPPR

[SG/PR - Secretaria de Governo da Presidência da República](#)

SG apresenta MROSC a grupo de combate à corrupção



A Secretaria de Governo apresentou a agenda do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) à Enccla (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro), em reunião na segunda-feira (29) em Brasília. A Lei 13.019/2014 - que trata das relações de parceria entre o Estado e

OSCs - também foi discutida.

Além disso, foi apresentado o Mapa das Organizações da Sociedade Civil, ferramenta georreferenciada que traz informações sobre as OSCs no Brasil e dados referentes às parcerias com o Governo Federal.

"O mapa não é um cadastro novo e sim uma plataforma de transparência ativa que reúne e publiciza bases de dados públicos sobre OSCs que já estão dentro do próprio Estado. As organizações existem juridicamente quando registradas em cartório e cadastradas no CNPJ", explica Laís Lopes, assessora especial da Secretaria de Governo para o MROSC. "Para que sejam reconhecidas é importante ter informações que qualifiquem sua atuação, espírito para o qual o mapa foi criado", diz.

Criada em 2003 por iniciativa do Ministério da Justiça, a Enccla é um coletivo formado por diversos órgãos dos três poderes e da sociedade civil que atuam no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. Atualmente, cerca de 60 órgãos e entidades integram o grupo.

Das 13 ações prioritárias definidas pela Enccla para 2016, a ação de número 12 trata do MROSC, objeto da reunião ocorrida nesta segunda-feira. Com a aprovação do plano de trabalho da ação, os integrantes da Estratégia passarão a acompanhar a implementação do novo marco regulatório e seus efeitos sobre desvios de finalidade.

"Este Grupo de Trabalho garante um espaço para que sejam repensadas as formas de controle a transparência envolvendo as entidades sociais, hoje ainda excessivamente focadas em procedimentos cartoriais e burocráticos de titulação", afirma Ricardo de Lins e Horta, Gerente de Projeto da Secretaria Nacional de Justiça. "Garante também a discussão de um modelo mais participativo e mais inteligente, que utilize cruzamento de bases de dados e novas ferramentas tecnológicas", diz.

Ao final do processo, que incluirá uma pesquisa para ajudar a construir tipologias de "desvio de finalidade", a Secretaria de Governo e o Ministério da Justiça construirão uma cartilha sobre transparência, controle e combate à corrupção na sociedade civil.

Viviane Brochat

MROSC/SG

[PGR – Procuradoria-Geral da República](#)

Suíça desbloqueia US\$ 70 milhões para serem repatriados ao Brasil

O procurador-geral da República do Brasil, Rodrigo Janot, e o seu equivalente suíço, Michael Lauber, se reuniram hoje em Berna para discutir cooperação entre os dois gabinetes relacionadas aos desvios na Petrobras.



17/03/2016 - Durante a reunião que aconteceu nesta quinta-feira, 17 de março, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e o procurador-geral da Suíça, Michael Lauber, discutiram medidas necessárias para desbloquear mais US\$ 70 milhões e devolvê-los àqueles que sofreram perdas no Brasil. As conversas também tiveram como foco a criação de uma equipe conjunta de investigação com objetivo de acelerar procedimentos conduzidos pelas duas Procuradorias. Os procuradores-gerais mostraram satisfação com a cooperação já feita e reafirmaram o compromisso de trabalharem ainda mais próximos no avançar do caso.

Procedimentos criminais na Suíça – Até agora, a Procuradoria-Geral suíça recebeu, do órgão que cuida de relatórios relacionados à lavagem de dinheiro no país (Money Laundering Reporting Office – MROS), uma relação com cerca de 340 relações bancárias suspeitas relacionadas ao caso Petrobras. Em resposta, a Procuradoria da Suíça abriu, desde abril de 2014, 60 investigações por suspeita de lavagem de dinheiro agravada (Art. 305, Sec.2, do Código Criminal Suíço) e, em muitos dos casos, por suspeita de recebimento de propina por agentes públicos (Art. 322).

A Procuradoria do país europeu solicitou a entrega de documentos relativos a mais de mil contas bancárias de mais de 40 bancos. Em razão da complexidade das investigações, uma força-tarefa formada por especialistas da Procuradoria suíça, e apoiada pela Polícia Federal do país, conduz o caso. Duas investigações instauradas pela Procuradoria foram assumidas pelas autoridades brasileiras e já resultaram em acusações no Brasil. O órgão planeja que o Brasil assuma outras investigações que foram abertas na Suíça.

No curso dessas 60 investigações, cerca de US\$ 800 milhões em ativos mantidos na Suíça foram congelados. Em 2015, US\$ 120 milhões foram desbloqueados com o consentimento dos titulares das contas, e medidas foram tomadas para que fossem devolvidos às partes que sofreram perdas relacionadas ao caso.

Os titulares de contas na Suíça são altos executivos da Petrobras e de seus fornecedores, intermediários financeiros, políticos brasileiros e, direta e indiretamente, outras empresas estrangeiras.

*Secretaria de Comunicação Social
Procuradoria-Geral da República
(61) 3105-6404/6408
Twitter: MPF_PGR*

[facebook.com/MPFederal](https://www.facebook.com/MPFederal)

Foto: MP suíço (Bundesanwaltschaft)

[PGR – Procuradoria-Geral da República](#)

PGR é eleito para Comitê Executivo da Associação Internacional de Procuradores



O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, foi eleito para o Comitê Executivo da Associação Internacional de Procuradores (IAP), durante reunião da organização em Helsingin, Finlândia, em 15 de março. Ele assume a função a partir da 21ª Conferência Anual da associação, que será realizada em Dublin, Irlanda, em setembro deste ano. Nesta quarta-feira, 16 de março, ele participou da Convenção anticorrupção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizada em Paris.

A IAP foi criada em 1995 e agora tem membros de mais de 171 países, representando todos os continentes. O MPU é membro institucional da Associação desde 2014. O Comitê Executivo representa equitativamente as regiões do mundo onde a IAP possui membros. Segundo o secretário de Cooperação Internacional, Vladimir Aras, que acompanha o PGR na viagem, a eleição é muito importante para a inserção do Brasil na comunidade de cooperação entre os Ministérios Públicos. "A IAP é a maior organização internacional de Ministérios Públicos", disse.

Na América do Sul, apenas a Argentina está representada nesse comitê executivo pelo procurador-geral da cidade autônoma de Buenos Aires. O Brasil também está representado na associação pelo promotor de Justiça do Ceará Manuel Pinheiro que é, também, vice-presidente da IAP para a América Latina.

OCDE - Na abertura da Convenção Anti-Corrupção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o procurador-geral da República falou que, atualmente, as fronteiras mais fluidas entre os países evocam a noção de oportunidade para o crime, principalmente a corrupção. "E é por isso que estamos reunidos: a corrupção transnacional tornou-se um desafio tão importante e complexo que só a ação coordenada entre os Estados pode combater", diz.

Segundo ele, as autoridades brasileiras têm lidado com um dos principais casos de corrupção do mundo - a Operação Lava Jato, que inclui ramificações internacionais sob investigação. "Este caso e os resultados

substanciais já alcançados mostram a grande importância deste encontro e de suas reflexões para o Brasil", afirma. Janot explicou que, por meio da cooperação internacional com outros países, o Brasil obteve informações para fazer a primeira acusação criminal contra executivos de uma empresa brasileira, que envolve corrupção no exterior.

Como palestrante, o procurador-geral também citou números da Operação Lava Jato e esclareceu que, nesse caso, a Petrobras e a sociedade brasileira são as vítimas dos crimes. Ele acrescentou que, recentemente, foi criada uma unidade especializada em casos de corrupção e recuperação de ativos desviados no interior, dentro da Secretaria de Cooperação Internacional do Ministério Público Federal. O painel contou com representantes da Alemanha, Indonésia e Romênia.

Declaração contra a corrupção - Representantes de 50 países assinaram uma declaração contra a corrupção, afirmando a necessidade de vencer os novos e futuros desafios impostos pela corrupção, intensificar mecanismos de cooperação internacional e promover a proteção de colaboradores da Justiça.

Reuniões bilaterais - Em Paris, Janot também teve reuniões bilaterais com altas autoridades anticorrupção: uma com a secretária parlamentar do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Canadá, Pamela Goldsmith-Jones, e outra com o procurador anticorrupção do Reino Unido, Eric Pickles. Ambos discutiram com Janot a possibilidade de avançar nas iniciativas anticorrupção internacionais.

Próximos compromissos - Ainda está prevista, para o fim da semana, reunião de trabalho com o procurador-geral suíço, Michael Lauber. Os dois procuradores-gerais discutirão a formação da primeira equipe conjunta de investigação entre os dois países, sobre a base de um acordo que está sendo negociado pelos dois governos.

*Secretaria de Comunicação Social
Procuradoria-Geral da República
(61) 3105-6404/6408
Twitter: MPF_PGR
facebook.com/MPFederal
Foto: divulgação PGR*



Este boletim é diagramado e divulgado pela Secretaria Executiva da Enccla,
Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional
Secretaria Nacional de Justiça - Ministério da Justiça
Contato: comunicacao@enccla.mj.gov.br ou 61 2025-8900